



CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA – CRP/RN – 17ª REGIÃO

RELATÓRIO DE AUDITORIA ACERCA DO ESTUDO E AVALIAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS E ASPECTOS MAIS RELEVANTES DOS EXERCÍCIOS SOCIAIS DE 2020 DO CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 17ª REGIÃO – CRP RN.

Aos Ilmos. Srs.

Conselheiros, Diretores e demais Administradores do

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA – 17º REGIÃO/RN

Administração Regional do Rio Grande do Norte - CNPJ(MF) 09.259.792/0001-98

Endereço: Rua do Titânio, nº25 Lagoa Nova – CEP.: 59.076-020

Natal/RN

Ref.: Relatório de Auditoria Forma Longa do
Conselho Regional de Psicologia da 17ª Região –
CRP RN.

Prezados Senhores,

Havendo concluído nesta data o estudo e avaliação dos controles internos adotados pelo **CRP 17** acerca dos itens mais relevantes do ponto de vista de exposição ativa ou passiva, indispensável à formação de nossa opinião inerente à fidedignidade e tempestividade dos registros dos atos e fatos contábeis em 2020, queremos:

Informar que nosso trabalho é composto por macro atividades, subdivididas em trabalho de campo e de escritório (na proporção de 70%x30%), o qual foi iniciado pela definição da equipe de auditores com experiência em trabalhos correlatos e de mesma complexidade, e da avaliação de possíveis ameaças a independência em decorrência de conflitos éticos preconizados nas NBC PA's, e prosseguindo mediante o planejamento geral do trabalho determinado nas NBC TA's 300 a 330, efetuado através de: (A) Aplicação do Questionário de Avaliação de Riscos e Realização de Entrevistas com a Governança Corporativa e de Tecnologia da Informação ligados aos macroprocessos que originam ou consomem caixa ou equivalentes; (B) Análise dos Melhores Referenciais elegíveis para fixar Materialidade Individual e Coletiva no Trabalho e (C) Respostas do Auditor com Procedimentos para Mitigação dos Riscos. Tudo planejado de modo a viabilizar o melhor desempenho da equipe durante a execução das atividades de estudo e avaliação dos controles internos o qual será o fundamento para fixação da extensão e profundidade do procedimento de auditoria bem como da melhor oportunidade e circunstância a ser aplicado.

Enfatizar que o relatório anexo preconizado no Termo de Referência integrante do Edital de Pregão Eletrônico, é o resultado de exames procedidos por amostragem e que por isso mesmo não tem a finalidade nem a pretensão de arrolar falhas individuais ou institucionais, mas tão somente destina-se a sinalizar para Diretoria a necessidade de aprimoramento em algumas áreas ou procedimentos, visando a tornar, as informações contábeis aptas ao arrimo das decisões gerenciais, e não apenas um documento de cunho burocrático, para aferir, após termo, o desempenho de uma gestão.

Patentear nossa gratidão pela total cooperação recebida indistintamente de todos os setores e colaboradores que nos propiciaram acesso às imprescindíveis informações, sem as quais não lograríamos êxito em nosso intento.

AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S

CRC/PE 000150/O


Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira

Contador - CRC/PE 010483/O-9

Índice

1. INTRODUÇÃO.....	3
1.2 METODOLOGIA.....	4
1.3 TÉCNICAS DE ABORDAGEM.....	4
1.4 FONTES DE INFORMAÇÃO.....	4
1.5 ESTUDO E AVALIAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS.....	5
1.6 PRINCIPAIS PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA APLICADOS.....	6
2. RESULTADO DAS ANÁLISES DE AUDITORIA	7
2.1 MELHORIA NA ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS	8
2.2 MATRIZ DE RISCO.....	9
3. COMENTÁRIOS DAS PRINCIPAIS CONTAS ATIVAS E DOS CONTROLES INTERNOS	10
4. COMENTÁRIOS DAS PRINCIPAIS CONTAS PASSIVAS E DOS CONTROLES INTERNOS AFETOS AS MESMAS	15
5. SUPRIMENTOS DE FUNDOS E DESPESAS GERAIS DE DESLOCAMENTOS	16
6. DIÁRIAS E JETONS	17
7. DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	18
8. LICITAÇÕES	19
9. OUTROS ASSUNTOS	20
10. CONCLUSÃO	20

1. INTRODUÇÃO

Este relatório tem por finalidade precípua comunicar a Diretoria do **Conselho Regional de Psicologia – CRP RN**, acerca dos resultados alcançados no trabalho de estudo e avaliação dos controles internos, notadamente na área contábil, portanto aludido relato consigna informações decorrentes do exame realizado mediante análises e verificações que efetuamos no Exercício Social de 2020, cujo trabalho foi efetuado por Contadores com experiência específica em auditoria de Conselhos de Fiscalização Profissional com personalidade jurídica de direito público, regidas pela lei 4.320/64, Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, observando rigorosamente ao que preceitua a Resolução CFC nº 821/1997, e seguintes que aprovaram as Normas Brasileiras de Contabilidade – Profissionais em Auditoria - NBC PA.

Todo o trabalho foi planejado e efetuado consoante as Normas Brasileiras de Contabilidade, mediante metodologia e procedimentos de auditoria preconizados nas Resoluções de nºs 1.203 a 1.235 que aprovaram as Normas de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis NBC TA, com nova estrutura determinada pela resolução nº 1.328 editada em 18/03/2011 pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Iniciamos nosso serviço, através do planejamento do trabalho, fixamos o escopo, procedemos ao estudo e avaliação dos controles internos em uso, e com base no grau de credibilidade que atribuímos aos mesmos, pudemos estabelecer a oportunidade, a extensão e a profundidade dos procedimentos de auditoria a serem aplicados. Por amostragem estratificada cientificamente, efetuamos testes de substância e de observância, os quais implicaram na validação dos saldos e na revisão analítica de seus negócios e operações, dentre tantos outros procedimentos desenvolvidos, sem que nenhum óbice ou restrição, tenham sido impingidas à consecução dos mesmos, cuja síntese dos fatos mais relevantes e algumas sugestões de aprimoramento aos controles internos, e identificando as áreas susceptíveis e que apresentam riscos relativos atribuídos a partir da “matriz de risco” decorrente da análise vertical do balancete patrimonial encerrado em 31 de dezembro do exercício sob exame.

Os sistemas contábeis e de controles internos, embora sendo de responsabilidade da administração da Autarquia auditada, dentro de um cronograma de trabalho antecipadamente estabelecido, foram por nós analisados e, sempre que julgado necessário indicamos sugestões objetivas para seu aperfeiçoamento ou implantação. Como procedimentos primordiais de evidenciação da auditoria, verificamos a eficácia, eficiência e efetividade dos sistemas e subsistemas de controle interno bem como a segurança e confiabilidade das transações representadas na sistemática contábil.

1.2 METODOLOGIA

A concepção de um Plano de Auditoria tecnicamente otimizado, pressupõe um planejamento detalhado, consistente na programação e execução de exames adequados de auditoria, os quais dependem do grau de entendimento que se tem das atividades-meio e atividades-fim, bem como do perfeito conhecimento da estrutura organizacional e societária de entidade a ser auditada.

O Programa Padrão de Auditoria que atualmente norteia o planejamento de nossos serviços é o resultado de mais de 40 anos de experiência e aprimoramento profissional bem como do foco na legislação pertinente à matéria, principalmente no que tange as Normas Brasileiras de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis (NBC-TA, preconizadas em 33 Resoluções do CFC de nºs 1.203 a 1.235/2009) e Normas Profissionais de Auditoria Independente (NBC-P-1 aprovada pela resolução nº 821/97) reconhecidas no meio profissional de auditoria como principal referência doutrinária.

1.3 TÉCNICAS DE ABORDAGEM

Nossos trabalhos foram conduzidos através da NBC TA 530 – Amostragem em Auditoria, com a finalidade de racionalizar e dar maior efetividade a metodologia a ser utilizada. Dentre nossa abordagem podemos destacar a “Amostragem Sistemática Específica” que é uma técnica não estatística determinativa da seleção de uma quantidade de registros a serem selecionados e analisados, bem como o intervalo da seleção; a de “Seleção de Auditoria” que determina quantos registros serão selecionados e os números aleatórios aos quais devem estar associados; a de “Amostragem por Funções e Atributos” na qual os itens são selecionados a partir da pesquisa sobre a presença de determinados atributos e, finalmente, a de “Amostragem Através de Unidades Monetárias” onde é estabelecido o mínimo de valores de itens monetários em relação à sua totalidade dentro de um risco cabível e grau de confiabilidade desejado.

1.4 FONTES DE INFORMAÇÃO

Nosso trabalho foi exclusivamente desenvolvido com base nas informações e documentos fornecidos pelo Conselho. Portanto, a existência de outros documentos e/ou informações, que porventura não tenham sido fornecidas podem alterar as conclusões constantes neste relatório.

Destacamos que este relatório não suporta qualquer representação judicial ou prova perante terceiros. As informações constantes neste relatório destinam-se aos administradores da Autarquia contratante, sendo preconizada a sua confidencialidade, não podendo ser utilizado por terceiros sem a prévia anuência formal da **AUDIMEC**.

1.5 ESTUDO E AVALIAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS

Os controles internos de uma entidade são um conjunto de normas, procedimentos, métodos e critérios adotados para salvaguardar seus ativos, e quantificar e qualificar seus passivos com relativa exatidão, visando à promoção da confiabilidade e tempestividade dos seus registros contábeis a serem consignados em suas Demonstrações Contábeis, bem como de assegurar sua eficiência, eficácia e efetividade operacional na direção da tão almejada economicidade.

Desta forma, todo bom trabalho de auditoria deve iniciar-se pelo estudo e avaliação dos controles adotados pela entidade, a fim de que com base no grau de credibilidade e segurança proporcionado por eles, possamos estabelecer a profundidade e extensão dos procedimentos de auditoria a serem aplicados bem como a ocasião mais propícia para sua aplicação.

ÁREAS DE MAIOR SUSCETIBILIDADE

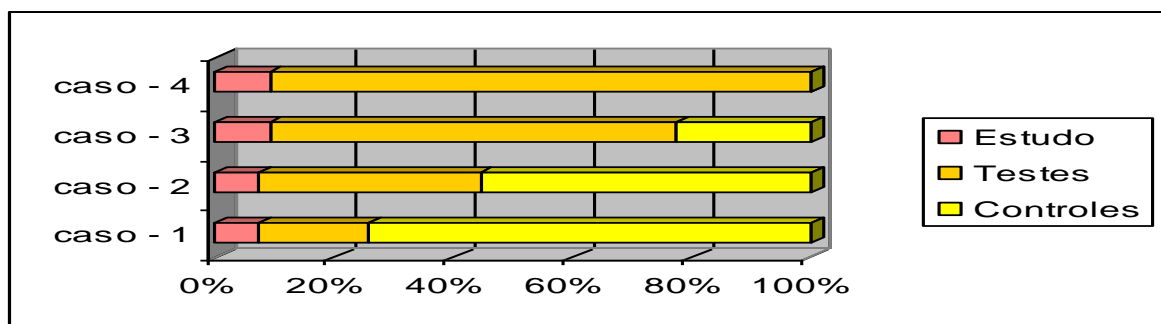
Este é o primeiro subproduto gerado pelo estudo e avaliação dos controles internos, e consistiu basicamente de uma relação contendo áreas de maior risco operacional e volume quantitativo e qualitativo de transações do ponto de vista de exposição ativa e passiva.

Todo o planejamento do trabalho e dos procedimentos de auditoria aplicados foi respaldado nestas áreas chaves, ou pontos de maior risco, visando à racionalização dos testes em prol do bom senso e esmero profissional que perseguimos.

AMPLITUDE DA AMOSTRAGEM

Os testes de amostragem são um conjunto de técnicas que nos permitem obter evidências ou provas suficientes e adequadas para fundamentar nossa opinião sobre as demonstrações contábeis sob exame e abrangem testes de observância e de substância, os quais foram aplicados de conformidade com os resultados do Estudo e Avaliação dos Controles Internos, de forma inversamente proporcional.

Gráfico de Estudo e Avaliação dos Controles Internos:



Assim sendo quanto maior o grau de credibilidade atribuído aos controles internos; menor foi a profundidade da amostragem efetuada, e vice-versa.

TIPOS DE TESTES IMPLEMENTADOS

✓ **Testes de Observância:**

Os testes de observância visam à obtenção de uma razoável segurança de que os controles internos previamente estudados e avaliados estão em efetivo funcionamento, inclusive quanto ao seu cumprimento pelos funcionários e diretores da entidade auditada.

✓ **Testes de Substância:**

Os testes de substância nos permitem evidenciar a suficiência, exatidão e validade dos dados produzidos pelos sistemas, contábil e administrativo, os quais se subdividem em teste de transação e saldos, e procedimentos de revisão analítica.

1.6 PRINCIPAIS PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA APLICADOS

Auditoria das demonstrações contábeis/orçamentária:

- Circularização de saldo e/ou operações com terceiros (advogados, registrados, fornecedores, banco, etc);
- Revisão analítica das demonstrações contábeis;
- Discussões sobre contingências e análise de eventos ou transações relevantes e seus efeitos nas demonstrações contábeis;
- Revisão dos cálculos e valores das cotas transferidas ao Conselho Federal e Regionais;
- Revisão analítica mensal dos valores contábeis relativos às contas patrimoniais, de superávit e déficit.
- Teste de adições e baixas do ativo permanente;
- Verificação dos registros contábeis de acordo com o regime de Exercício, conforme artigo 35 da Lei n.º 4.320/64;
- Entrevistas com dirigentes e funcionários das áreas administrativas e operacionais do Sistema CFP/CRP;
- Verificação da liquidação subsequente (pagamentos e recebimentos);
- Análise da adequação dos procedimentos contábeis em conformidade com a Lei n.º 4.320/64 e instruções emanadas pelo Tribunal de Contas da União em seus diversos acórdãos (Instrução Normativa – Tribunal de Contas da União n.º 63 de 01/09/2010);
- Análise dos saldos na data base, para determinar sua razoabilidade quanto à origem e composição e se estas têm relação com as atividades que constituem os objetivos do Sistema CFP/CRP.
- Teste documental das contas de despesas que não se correlacionam com as contas patrimoniais – teste de voucher, por exemplo – análise da documentação suporte,
- Exame de relatórios existentes;
- Acompanhamento de ações relativas ao encerramento do exercício, bem como os procedimentos legais inseridos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP;
- Verificação da documentação suporte;

- Verificação se os procedimentos dos registros contábeis atendem aos Princípios Fundamentais de Contabilidade e legislação aplicável;
- Verificação se os procedimentos contábeis de encerramento do exercício apresentam fidelidade e consonância com os registros das demonstrações contábeis mensais;
- Exame de conciliação das contas; Exame do balanço patrimonial e de suas demonstrações complementares, a fim de observar às normas legais e às principais técnicas na sua elaboração;
- Revisão das conciliações das contas;
- Verificação dos controles existentes;
- Revisão dos saldos finais;
- Análise dos saldos visando determinar sua razoabilidade quanto à origem e composição.
- Outros procedimentos complementares que são necessários para análise e verificações das informações Contábeis/Orçamentárias.

Planejamento de Ações e Metas (Auditoria de Gestão)

- Verificação da execução do planejamento de ações e metas, no intuito de verificar se a execução financeira é correspondente ao planejamento anual;
- Verificação das alterações do planejamento se estão de acordo com a Proposta Orçamentária;
- Verificação dos relatórios de acompanhamento das ações planejadas, feitos pela diretoria e coordenadores de comissões dos Conselhos;
- Avaliação quantitativa e qualitativas da gestão.
- Outros Procedimentos complementares que são necessários para análise e verificações das informações da auditoria de gestão.

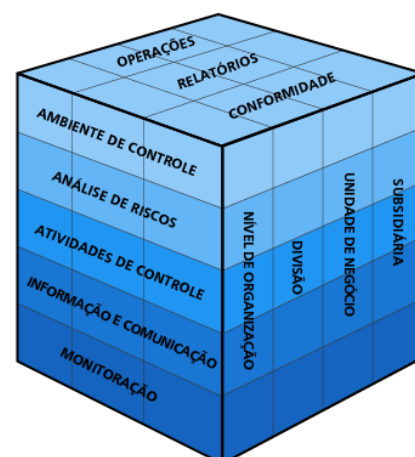
2. RESULTADO DAS ANÁLISES DE AUDITORIA

Como resultado dos nossos trabalhos de auditoria, planejado e executado em consonância com o escopo e abrangência dos trabalhos preconizados no Termo de Referência, Anexo I ao Edital, adaptamos o Programa Padrão de Auditoria, sendo que apresentamos a seguir os pontos identificados.

2.1 MELHORIA NA ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS

Segundo o COSO, controle interno é um processo constituído de 5 elementos, que estão inter-relacionados entre si e presentes em todos os níveis da organização com foco em três objetivos: operacionais, assegurar relatórios financeiros confiáveis e assegurar conformidade legal/regulatória. Os 5 elementos são:

- Ambiente de Controle
- Avaliação e Gerenciamento dos Riscos
- Atividade de Controle
- Informação e Comunicação
- Monitoramento



O CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 17ª REGIÃO (CRP-17) é uma autarquia federal sem fins lucrativos, de interesse público, com poder delegado pela União para normatizar, orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício e as atividades profissionais no estado do Rio Grande do Norte, em defesa da sociedade.

A partir desse preâmbulo acerca de sua implementação e das especificidades locais a que está submetido, é possível ter noção da complexidade em se implementar uma estrutura de controle interno que atenda em sua plenitude os elementos que constituem o processo.

Não obstante os desafios que se apresentam, a partir da análise das informações repassadas, bem como do entendimento acerca dos procedimentos adotados pelo Conselho, com base tanto na análise documental, quanto em reuniões com a equipe de gestão dos departamentos, pudemos avaliar o nível de controle interno aplicado.

Nessa senda, o grande desafio que se apresenta ao Regional é buscar desenvolver desde já uma cultura organizacional de excelência, focada em entregar às partes interessadas um produto ou serviço de alto valor agregado, prezando sempre pelos princípios que regem a administração pública.

Assim, é imperioso que a governança da autarquia implemente e desenvolva ações efetivas para, a partir de mapeamento dos processos inerentes à atividade do Conselho, se busque identificar os riscos a que se está submetido, a fim de que sejam implementadas ações de controle que visem a mitigar a probabilidade desses riscos se materializarem e garantam o alcance dos objetivos estratégicos por parte do Regional.

2.2 MATRIZ DE RISCO

A partir de uma análise da relevância dos saldos contábeis levantados em 2020, sob exame, bem como da análise dos relatórios existentes, elegemos as áreas de maior risco operacional e volume quantitativo e qualitativo (análise horizontal) de transações, e de proporção dos saldos (análise vertical) do ponto de vista de exposição ativa.

Tal procedimento resulta da análise vertical e horizontal procedida que apresentamos de forma sintética, visando a melhor elucidação das considerações tecidas acerca dos dados coligidos e consequentemente da “matriz de risco” considerada a partir de tais informações, conforme exemplificado abaixo:

CRITÉRIOS DE IMPACTO		Matriz de Riscos					
Orçamentário	Grande	5	5	10	15	20	25
Fiscal	Relevante	4	4	8	12	16	20
Estratégico	Moderado	3	3	6	9	12	15
Reputação	Pequeno	2	2	4	6	8	10
Integridade	Insignificante	1	1	2	3	4	5
Operacional			1	2	3	4	5
Gestão							
Regulação							
Processos							
Licitações							
Recursos Humanos							
Contábil							
Serviços							
Fornecedores							
Despesas							
Receitas							

Matriz de Riscos					
	1	2	3	4	5
Rara	< 10%	>=10% <= 30%	30%=30% <= 50%	50%=50% <= 90%	>90%
Improvável					
Possível					
Provável					
Quase certo					

PROBABILIDADE

Escala de Nível de Risco	
Níveis	Pontuação
RC - Risco Crítico	13 a 25
RA - Risco Alto	7 a 12
RM - Risco Moderado	4 a 6
RP - Risco Pequeno	1 a 3

Numérica	Descritiva	Impacto
1% a 10%	Risco Baixo	Os riscos possuem consequências pouco significativas, reversíveis em curto e médio prazo com impactos pouco significativos;
11% a 20%	Risco Relativo	Os riscos possuem consequências reversíveis em curto e médio prazo com impactos baixos;
> 20%	Risco Alto	Os riscos possuem consequências reversíveis em curto e médio prazo com impactos altos, irreversíveis ou com custos inviáveis.

3. COMENTÁRIOS DAS PRINCIPAIS CONTAS ATIVAS E DOS CONTROLES INTERNOS

3.1 ATIVO CIRCULANTE

O ativo circulante representa **86,8%** do saldo total do ativo considerando os atributos advindos da matriz de risco ponderada, as contas que integram o referido grupo foram objeto de exame por amostragem diretamente proporcional ao grau de risco.

Referido grupo do ativo, congrega os seguintes subgrupos:

ATIVO	SALDOS				Variação 2020 x 2019		RISCO DE EXPOSIÇÃO	RISCO DE VARIAÇÃO
	Período		Período		R\$	A/H (%)		
	Atual (R\$)	A/V (%)	Anterior (R\$)	A/V (%)				
ATIVO CIRCULANTE	3.779.537,35	86,8	2.386.803,55	80,4	1.392.733,80	58,4	Alto	Alto
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.750.959,38	40,2	1.207.480,53	40,7	543.478,85	45,0	Alto	Alto
Banco C/ Movimento	37.020,25	0,9	28.325,65	1,0	8.694,60	30,7	Baixo	Alto
Aplicações Financeiras	1.713.939,13	39,4	1.179.154,88	39,7	534.784,25	45,4	Alto	Alto
Créditos a Curto Prazo	2.018.014,71	46,3	1.172.442,14	39,5	845.572,57	72,1	Alto	Alto
Anuidades do Exercício PF	1.112.662,05	25,6	732.857,96	24,7	379.804,09	51,8	Alto	Alto
Anuidades do Exercício PJ	18.068,57	0,4	15.771,67	0,5	2.296,90	14,6	Baixo	Relativo
Anuidades de Exercícios	857.792,10	19,7	406.204,10	13,7	451.588,00	111,2	Relativo	Alto
Fundo de Seções	29.491,99	0,7	17.608,41	0,6	11.883,58	67,5	Baixo	Alto
Demais Créditos e Valores a	9.708,96	0,2	5.109,43	0,2	4.599,53	90,0	Baixo	Alto
Estoques	854,30	0,0	1.771,45	0,1	-917,15	-51,8	Baixo	Alto

3.1.1 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O grupo congrega as contas representativas de meio-circulantes em forma pecuniária, dentre as quais destacamos as Aplicações, cujos saldos respondem por aproximadamente **98%** do total do disponível da Autarquia.

ATIVO	SALDOS				Variação 2020 x 2019		RISCO DE EXPOSIÇÃO	RISCO DE VARIAÇÃO
	Período		Período		R\$	A/H (%)		
	Atual (R\$)	A/V (%)	Anterior (R\$)	A/V (%)				
ATIVO CIRCULANTE	3.779.537,35	86,8	2.386.803,55	80,4	1.392.733,80	58,4	Alto	Alto
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.750.959,38	40,2	1.207.480,53	40,7	543.478,85	45,0	Alto	Alto
Banco C/ Movimento	37.020,25	0,9	28.325,65	1,0	8.694,60	30,7	Baixo	Alto
Aplicações Financeiras	1.713.939,13	39,4	1.179.154,88	39,7	534.784,25	45,4	Alto	Alto

✓ Controles Internos

As contas de depósitos ou de aplicações são mantidas junto a instituições financeiras, são conciliadas mensalmente mediante o cotejamento do extrato bancário em contraposição ao razão contábil, de modo que as eventuais discrepâncias entre os saldos, decorrentes das flutuações normais do lapso temporal entre os de recebimentos, avisos de débitos ou créditos efetuados pelo banco e ainda não recebidos pela contabilidade, são apontadas e controladas em formulários/planilhas contendo o detalhamento das diferenças apuradas em cada conta, de modo a propiciar o acompanhamento das pendências até sua liquidação.

As “Aplicações de Liquidez Imediata” são representadas por fundos extramercado, referenciados na taxa DI (depósito interfinanceiro), notadamente de baixo risco e com liquidez diária (aplicados conforme Resolução nº 4.034/2011 do BACEN), registrado pelo custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

✓ **Procedimentos de Auditoria**

O estudo e avaliação que efetuamos na movimentação dos bancos, ficou adstrito aos controles internos na área contábil e na validação dos referidos saldos. Dentre os principais procedimentos aplicados, destaca-se o exame da conciliação mensal em contraposição à movimentação ocorrida por meio dos extratos bancários em cotejados com ao razão contábil.

✓ **Constatações**

O exame efetuado nas conciliações revelou que todas as contas bancárias estão sendo conciliadas mensalmente e que os saldos registrados nas Demonstrações Contábeis são devidamente comprovados por extratos bancários oficiais.













Verificamos que parte considerável dos saldos de disponibilidades do Regional são mantidos predominantemente em cadernetas de poupança e fundos de investimentos. Portanto, salientamos aos gestores dos recursos financeiros do CRP 17 em relação ao desempenho/rentabilidade de suas aplicações quando comparadas à taxa referencial de juros (SELIC). Recomenda-se a análise contínua das posições de investimentos acerca dos desempenhos dos produtos aplicados e alternativas no mercado com mesmo grau de risco adotado pela política interna da entidade sobre as aplicações financeiras, objetivando maior desempenho financeiro das suas aplicações.

✓ **Opinião**

Os controles existentes nos pareceram suficientes para salvaguardar os ativos focados em cada procedimento, de modo que estão gravados adequadamente e com exatidão nas demonstrações contábeis.

3.1.2 CRÉDITOS A CURTO PRAZO

Referido grupo revela-se importantíssimo do ponto de vista operacional porque registra importantes operações vinculadas à “Contribuições a Receber” e “Anuidades a Receber – Pessoa Jurídica e Pessoa Física”.

ATIVOS	SALDOS				Variação 2020 x 2019		RISCO DE EXPOSIÇÃO		RISCO DE VARIAÇÃO	
	Período	A/V	Período	A/V	R\$	A/H (%)	< A/V >	< A/H >		
	Atual (R\$)	(%)	Anterior (R\$)	(%)						
ATIVO CIRCULANTE	3.779.537,35	86,8	2.386.803,55	80,4	1.392.733,80	58,4	Alto		Alto	
Créditos a Curto Prazo	2.018.014,71	46,3	1.172.442,14	39,5	845.572,57	72,1	Alto		Alto	
Anuidades do Exercício PJ	1.112.662,05	25,6	732.857,96	24,7	379.804,09	51,8	Alto		Alto	
Anuidades do Exercício PJ	18.068,57	0,4	15.771,67	0,5	2.296,90	14,6	Baixo		Relativo	
Anuidades de Exercícios	857.792,10	19,7	406.204,10	13,7	451.588,00	111,2	Relativo		Alto	
Fundo de Seções	29.491,99	0,7	17.608,41	0,6	11.883,58	67,5	Baixo		Alto	

✓ **Procedimentos de Auditoria**

Analisamos a progressão dos saldos até a data de encerramento das Demonstrações Contábeis, para analisar a evolução das aludidas contas, como forma de mitigar os riscos operacionais, visto que o referido grupo contabiliza importantes operações vinculadas aos Recursos Financeiros a Receber.

Solicitamos ao Regional os documentos e/ou controles auxiliares relacionados às seguintes informações:

1. Registros de recebimento de anuidades no controle cadastral e financeiros dos profissionais inscritos no Conselho;
2. Razão Contábil e documentação de controle da arrecadação e recolhimento das receitas, discriminando e segregando os exercícios de origem;
3. Cálculos e remessas da Cota Parte, Cota Revista e Fundo de Seções realizados pelo CRP's, tanto do sistema compartilhado quanto do não compartilhado, compatibilizando os dados e registros do Regional com os do Conselho Federal;
4. Relação contendo nome e números de registro no CRP de profissionais inscritos na Dívida Ativa, discriminando composição e data do valor devido.
5. Controle relativo à inadimplência, à inscrição da Dívida Ativa, à execução fiscal e renegociações de débitos/dívidas;
6. Relação de contas/créditos de anuidade a receber em atraso por idade do crédito de até 30, 60, 90, 120, 180, 365 dias; e, 2, 3, 4, e 5 anos, respectivamente, bem como renegociações de débitos/dívidas ocorridas no exercício.

✓ **Constatação**

Confrontamos os valores de Receita Realizada constantes no Balanço Orçamentário em contraposição aos registros de recebimento realizados tanto no sistema patrimonial (movimento credor nas contas de Créditos a Receber), chegando à seguinte divergência:

Valores do Controle Auxiliar Razão Recebimento - Receitas Arrecadadas		
Conta	Natureza da Informação	Saldo
Movimento credor de Créditos a receber	Patrimonial	2.561.867,77
Receita de Anuidades Realizada	Orçamentária	1.776.604,11
Diferença		785.263,66

Ambos os registros, tanto no sistema patrimonial quanto no orçamentário, não estão contabilizados com o controle auxiliar de Registro de Recebimento de Anuidades (que totaliza R\$ 1.914.984,48), e apresenta os recebimentos mês a mês, individualizado por credor, cuja síntese apresentamos abaixo:

Registro do Recebimento de Anuidades		
Mês	PF	PJ
Janeiro	673.126,86	10.036,54
Fevereiro	127.496,47	153,37
Março	220.088,19	3240,83
Abril	106.835,91	1615,15
Mai	105.288,75	700,13
Junho	109.059,21	663,75
Julho	140.086,04	1519,34
Agosto	119.358,43	768,01
Setembro	103.465,46	1.475,30
Outubro	69.795,54	1.868,41
Novembro	67.819,75	1.530,08
Dezembro	48.441,85	551,11
Total	1.890.862,46	24.122,02

Analizamos o Relatório de Inadimplência Geral, que consolida a relação nominal de profissionais inscritos no Conselho, com valores de Anuidades em aberto, somado aos juros e multas. A soma dos valores de Anuidades a Receber deve corresponder aos saldos finais mantidos em Balanço, já que representam as receitas de créditos reconhecidos, mas não recebidos no decorrer do exercício. Confrontamos as informações do controle auxiliar “Relatório de Débitos não Pagos”, cuja soma é R\$ 813.018,95, em contraposição ao Balanço Patrimonial que apresenta saldo final de R\$ 2.018.014,71.

Ressaltamos que não recebemos Relação contendo os profissionais inscritos em Dívida Ativa, informação que guarda coerência com o Balanço Patrimonial, pois não há saldo de Dívida Ativa na exposição ativa do Regional. Salientamos que a inexistência de créditos de Dívida Ativa tem sido constatação comum em todos os Regionais do sistema CFP. Portanto a ausência desses créditos pode indicar que medidas complementares de cobrança precisam ser implementadas pelo Regional, a fim aumentar a eficiência das ações de cobrança.

Mister salientar, por fim, que o Regional não reconhece Perdas Estimadas para o Recebimento de Créditos, mesmo havendo indícios robustos de que o percentual de recebimento dos créditos de Anuidades é inferior ao montante da Receita Orçamentária prevista, basta constatar a insuficiência de arrecadação de Receita de Anuidades de R\$ 437.654,22, que representa aproximadamente 20% do montante inicialmente previsto.

✓ **Opinião**

A partir dos testes de auditoria aplicados, e pelas constatações realizadas, através de exame da documentação que dá suporte para os registros contábeis, podemos concluir que os saldos de Anuidades a Receber registrados em Balanço Patrimonial apresentam distorções relevantes, uma vez que as informações patrimoniais não estão conciliadas com os registros orçamentários nem com os controles auxiliares. As memórias de cálculo e a metodologia aplicada na estimativa das Perdas não foi apresentada e o Regional não reconhece Perdas no Recebimento de Créditos, o que pode estar gerando um ativo sobre avaliado, já que há informações históricas que apontam certo grau de inadimplência por parte dos profissionais.











A ausência de saldos de Dívida Ativa pode estar relacionada à necessidade de aprimoramento da sistemática de cobrança do Regional.

3.2 ATIVO NÃO CIRCULANTE

Referido grupo congrega as contas cuja realização é de lenta conversão, ou que registram bens destinados à operacionalização e consecução de seus objetivos. Aludido grupo surgiu com o advento da Resolução CFC n.º 1.437/13, que altera e inclui itens da NBC T 16.6 (R1) Demonstrações Contábeis. Precitado grupo representa **13,2%** da exposição ativa.

Embora sob o aspecto quantitativo o grupo não registre valores significativos, nele estão registrados os bens destinados à operacionalização e consecução dos objetivos da entidade. São ativos com potencial de prestação de serviços.

Apresentamos adiante a composição do saldo:

ATIVO	SALDOS				Variação 2020 x 2019		RISCO DE EXPOSIÇÃO	RISCO DE VARIAÇÃO
	Período Atual (R\$)	A/V (%)	Período Anterior (R\$)	A/V (%)	R\$	A/H (%)		
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	574.849,74	13,2	580.573,04	19,6	-5.723,30	-1,0	Relativo 	Baixo 
Imobilizado	574.849,74	13,2	580.573,04	19,6	-5.723,30	-1,0	Relativo 	Baixo 
Bens Móveis	163.954,57	3,8	137.462,27	4,6	26.492,30	19,3	Baixo 	Relativo 
Bens Imóveis	654.536,04	15,0	674.536,04	22,7	-20.000,00	-3,0	Relativo 	Baixo 
(-) Depreciação Acumulada	-243.640,87	-5,6	-231.425,27	-7,8	-12.215,60	5,3	Baixo 	Baixo 

3.2.1 ATIVO IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

O ativo imobilizado representa praticamente a totalidade do saldo do ativo não circulante.

✓ Procedimentos de Auditoria

Selecionamos pelo razão contábil alguns bens, atentando para apropriação das aquisições, a integridade e posse dos bens, a fidelidade da documentação, a titularidade e propriedade em relação aos bens móveis, bem como atributos necessários ao tombamento, e tratamento contábil da depreciação em relação ao controle patrimonial existente e sua conciliação com a contabilidade, mediante procedimentos específicos para atender as Evidências de Auditoria.

✓ Constatações

Constatamos que os itens integrantes do patrimônio imobilizado do Regional foram inventariados, não foram constatadas divergências entre a existência física e o Livro Completo do Inventário de Bens.

✓ **Opinião**

Somos de opinião que os controles existentes são suficientes para garantir a fidedignidade dos saldos constantes em Balanço Patrimonial quando confrontados com as informações obtidas.

Recomendamos que o Regional efetue o estudo para verificação da necessidade da aplicação dos seguintes procedimentos: i) Reavaliação de Ativos, ii) Determinação da Vida Útil dos bens, iii) Determinação do Valor Residual e iv) Amortização do Ativo Intangível. Caso fique evidenciada a necessidade da aplicação de algum desses procedimentos, o Regional deve aplicá-los, de modo a refletir a realidade dos itens constantes do Imobilizado e Intangível.











Inobstante as necessidades de melhorias, os controles internos aderentes aos saldos mantidos em Imobilizado e Intangível nos pareceram suficientes para salvaguardar tais ativos.

4. COMENTÁRIOS DAS PRINCIPAIS CONTAS PASSIVAS E DOS CONTROLES INTERNOS AFETOS AS MESMAS

4.1. PASSIVO CIRCULANTE

O passivo circulante representa **2%** do saldo total do passivo, apresentando uma variação positiva de **R\$ 19.222,68** equivalentes a um aumento de **28,5%** em relação ao exercício anterior.

Referido grupo do passivo, congrega as seguintes contas:

PASSIVO	SALDOS				Variação 2020 x 2019		RISCO DE EXPOSIÇÃO		RISCO DE VARIAÇÃO	
	Especificação	Período Atual (R\$)	A/V (%)	Período Anterior (R\$)	A/V (%)	R\$	A/H (%)	< A/V >	< A/H >	
PASSIVO CIRCULANTE	86.755,77	2,0	67.533,09	2,3	19.222,68	28,5	Baixo		Alto	
Obrigações Trabalhistas	56.592,17	1,3	67.270,41	2,3	-10.678,24	-15,9	Baixo		Relativo	
Fornecedores	14.460,39	0,3	0,00	0,0	14.460,39	100,0	Baixo		Alto	
Obrigações Fiscais	14.765,56	0,3	133,79	0,0	14.631,77	10.936,4	Baixo		Alto	
Obrigações a Outros Entes	937,65	0,0	128,89	0,0	808,76	627,5	Baixo		Alto	

4.1.2. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR

Representa as obrigações com Encargos Sociais (INSS, FGTS) do Regional.

✓ **Procedimentos de Auditoria**

Obtivemos Resumo de Proventos e Descontos, emitido do Sistema de Gestão de Recursos Humanos, aplicamos testes de auditoria nos cálculos dos encargos e contribuições sobre a folha de pagamento, em 100% do saldo do mês de dezembro de 2020, obtivemos também







planilha elaborada pelo RH, solicitamos as Guias de Previdência Social - GPS e as Guias de Recolhimento do FGTS – GRF.

✓ **Constatações**

Constatamos que o INSS e o FGTS vêm sendo calculado corretamente, e seus recolhimentos vêm sendo efetuados regularmente.

4.2 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido representa **98%** do saldo total da parcela não exigível que resulta da equação patrimonial (ativo menos passivo).

PASSIVO	SALDOS				Variação 2020 x 2019		RISCO DE EXPOSIÇÃO	RISCO DE VARIAÇÃO
	Período Atual (R\$)	A/V (%)	Período Anterior (R\$)	A/V (%)	R\$	A/H (%)	< A/V >	< A/H >
TOTAL DO PASSIVO	86.755,77	2,0	67.533,09	2,3	19.222,68	28,5	Baixo 	Alto 
Resultados Acumulados	4.267.631,32	98,0	2.899.843,50	97,7	1.367.787,82	47,2	Alto 	Alto 
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.267.631,32	98,0	2.899.843,50	97,7	1.367.787,82	47,2	Alto 	Alto 

✓ **Opinião**

O controle interno em uso nos pareceu suficiente para atender a necessidade da, já que a movimentação da conta é consubstanciada por poucas operações/lançamentos, não havendo dificuldades que justifique uma ferramenta de trabalho mais complexa.

5. SUPRIMENTOS DE FUNDOS E DESPESAS GERAIS DE DESLOCAMENTOS

Procedemos ao minudente exame das prestações de contas dos Suprimentos concedidos, atentando para a observância da legalidade pertinentes à contabilização, apresentação e discriminação, observando os principais dispositivos inerentes aos aspectos de nossa alçada.

De uma forma geral, não verificamos inconsistências que representam riscos significativos ao Conselho. Como sugestão de Boas Práticas a serem adotadas pela Autarquia, recomenda-se a capacitação do Pessoal envolvido com o processo de Suprimento de Fundos através de instruções, inclusive aos Agentes Supridos.

A Controladoria Geral da União disponibiliza em seu endereço eletrônico uma Cartilha com Perguntas e Respostas sobre Suprimento de Fundos e Cartão de Pagamento, que de forma bem didática esclarece dúvidas corriqueiras em relação ao assunto.

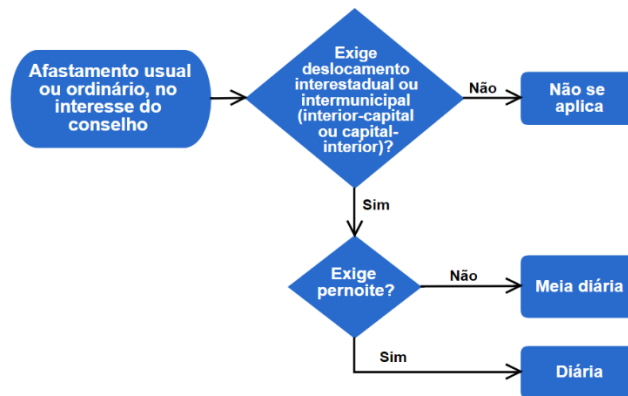
6. DIÁRIAS E JETONS

Diante da relevância do valor das despesas na rubrica “Diárias/Jetons – Conselheiros/Convidados”, avaliamos se o pagamento de Diárias, Jetons e Auxílio Representação estão de acordo com o Normativo emitido pelo Regional.

Esquematzamos, de forma resumida, a regra para concessão de cada rubrica.

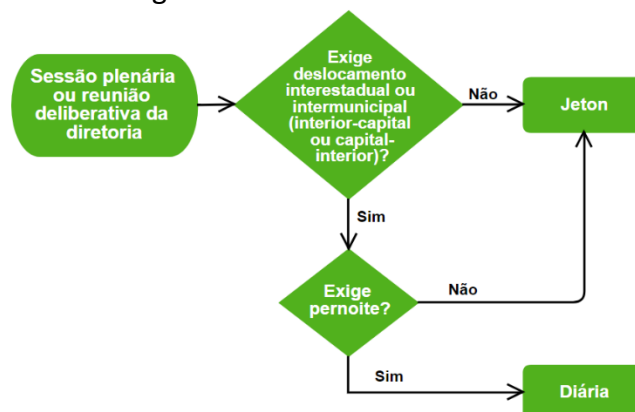
Diárias

O servidor que, a serviço, afastar-se da sede em caráter eventual ou transitório para outro ponto do território nacional ou para o exterior, fará jus a passagens e diárias destinadas a indenizar as parcelas de despesas extraordinária com pousada, alimentação e locomoção urbana, conforme dispuser em regulamento. (Redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)



Jetons

O pagamento de jeton deve se restringir às hipóteses de comparecimento a sessões de plenário e a reuniões de diretoria com caráter deliberativo (Acórdão 549/2011-TCU-2ª Câmara), razão pela qual é devido somente aos conselheiros, nas ocasiões em que não forem devidas diárias, conforme segue:



✓ Opinião

Constatamos que o Regional realiza, através da atuação da Comissão de Tomadas de Contas, do Encarregado do Setor Financeiro e do Assistente Contábil, o controle sobre a concessão de valores de ajudas de custos e diárias.

Analisamos as despesas com diárias e jetons dos diretores do conselho, as análises foram efetuadas de acordo com o normativo interno e a legislação em vigor que trata do assunto. Os controles internos nos pareceram suficientes para atender a necessidade de comprovação dos gastos analisados, carecendo de melhoria apenas na formalização dos controles.

7. DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

Cumprindo nosso programa de trabalho, efetuamos o prévio estudo e avaliação nos controles internos utilizados neste setor, e com base nos resultados alcançados, pudemos estabelecer os procedimentos de auditoria cabíveis nas circunstâncias, bem como da ocasião mais propícia, aplicando-os na extensão e profundidade necessárias, por amostragem nas folhas de pagamentos e guias de recolhimento de INSS, FGTS e PIS/PASEP dos meses de fevereiro, julho, setembro e dezembro. Examinamos a forma de admissão e demissão de pessoal.

- Verificamos como o pagamento do pessoal é realizado;
 - Auditamos a última folha de pagamento realizada efetuando testes de soma, diminuição dos descontos, cálculos do INSS, Imposto de Renda Retido na Fonte e outros julgados procedentes;
 - Analisamos as férias pagas;
 - Obtivemos a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas da Justiça do Trabalho e o Certificado de Regularidade do FGST – CRF junto à Caixa Econômica Federal;
 - Constatamos que o Regional enviou a Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte;
 - Todos os funcionários passam pelo exame admissional e para um funcionário iniciar a trabalhar é necessário estar com toda documentação completa;
 - PCMSO – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional;
 - PPRA- Programa de Prevenção de Riscos Ambientais;
- ✓ **Integridade/Segurança**
A metodologia aplicada nos pareceu preencher todos os requisitos de integridade, segurança e tempestividade adequadas à função e funcionamento dos processos e procedimentos do Setor de Recursos Humanos e do reflexo nas contas aglutinadas nos grupos contábeis sob exame.
- ✓ **Opinião**
O controle interno em uso nos pareceu suficiente para atender a necessidade do Regional, já que a movimentação do Departamento de Recursos Humanos é consubstanciada por situações típicas do segmento, não havendo dificuldades que justifique uma ferramenta de trabalho mais complexa.

8. LICITAÇÕES

Análises, Procedimentos Específicos de Auditoria.

Visando avaliar o cumprimento da Lei 8.666/93 e demais dispositivos legais pertinentes aos procedimentos administrativos envolvendo contratação de serviços e compras diversas, solicitamos a relação dos processos licitatórios havidos, para com base em critérios estabelecidos no Planejamento de Auditoria, estratificamos aqueles que foram objetos de apontamentos, em proporções que passamos a demonstrar.

✓ **Base Legal Utilizada:**

1. Compor as comissões permanentes de licitação, conforme disposto no art. 51, caput, da Lei no 8.666/1993;
2. Constem as assinaturas devidas, em atendimento ao disposto art. 43, § 1o, in fine, da Lei no 8.666/1993;
3. Emissão de nota de empenho Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2001;
4. Acompanhar e fiscalizar o contrato, consoante o disposto no art. 67 da Lei no 8.666/1993;
5. Observe o correto sequenciamento das peças dos autos de processos licitatórios e a devida numeração sequencial das folhas, nos termos dos arts. 4o, parágrafo único, 38, caput e seus incisos, e 60, caput, da Lei no 8.666/1993, **Acórdão TCU 1257/2004 Plenário**;
6. Comprovante das publicações do edital resumido, na forma do art. 21 Lei 8.666;
7. O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica na responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços artigo 71 da Lei no 8.666/1993;
8. Avaliação das propostas comerciais e das respectivas planilhas de composição do preço apresentadas pelas licitantes, a fim de evitar incorreta inclusão de custos e a consequente realização de pagamentos indevidos, em atenção ao art. 7o, § 2o, inciso II, da Lei no 8.666/1993;
9. A redução ou ampliação de quantidades está sujeita aos limites do art. 65, § 1º. A alteração da qualidade não poderá alterar substancialmente o objeto licitado;
10. Inexecução e rescisão do contrato, bem como das sanções em caso de inadimplemento, conforme estabelecem os arts. 54, §1o e 55 da Lei no 8.666/93;

✓ **Opinião**

Como resultado de nossas verificações e análises consideramos os procedimentos básicos utilizados pelo Regional, no que diz respeito aos processos licitatórios, em acordo com a legislação vigente. A metodologia aplicada pelo setor nos pareceu preencher todos os requisitos de integridade, segurança e tempestividade adequadas à função e funcionamento para registro das atividades desenvolvidas no exercício sob exame.

9. OUTROS ASSUNTOS

Verificamos a execução do planejamento de ações e metas, no intuito de verificar se a execução financeira foi correspondente ao planejamento anual, atentando para possíveis alterações do planejamento e se estavam de acordo com a Proposta Orçamentária.

Verificação dos relatórios de acompanhamento das ações planejadas, feitos pela diretoria e coordenadores de comissões dos Conselhos, de forma quantitativa e qualitativas da gestão.

✓ **Opinião**

Como resultado de nossas verificações e análises consideramos os procedimentos básicos utilizados pelo Regional, no que diz respeito as ações e metas, em acordo com o planejado. A metodologia aplicada nos pareceu preencher todos os requisitos de integridade, segurança e tempestividade adequadas à função e funcionamento para registro das atividades desenvolvidas.

10. CONCLUSÃO

O presente relatório composto de 20 (vinte) páginas escritas apenas no anverso destina-se exclusivamente à finalidade definida no primeiro parágrafo do mesmo e a informar à Administração do **Conselho Regional de Psicologia – CRP RN**, acerca dos resultados alcançados no trabalho de estudo e avaliação dos controles internos e dos detalhes inerentes ao trabalho efetuado, não devendo ser utilizado para nenhum outro fim, e tampouco distribuído a terceiros, sendo apresentado os pontos de fragilidades detectados como resultado dos procedimentos de auditoria aplicados descritos no item 1.6 do presente relatório, em cumprimento ao Termo de Referência, anexo I ao Edital.

Natal/RN, 30 de agosto de 2022.



AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S

CRC/PE 000150/O

Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira

Contador - CRC/PE 010483/O-9 “S”RN

Sócio Sênior


Phillippe de Aquino Pereira
Contador - CRC/PE 028157/O-2 “S”RN


Thomaz de Aquino Pereira
Contador – CRC/PE 021100/O-8 “S”RN





AUDIMEC

AUDITORES INDEPENDENTES

AV. GOV. AGAMENON MAGALHÃES, 2615 - 15º ANDAR

RECIFE - PE

 CEP 50.050.290

 (81) 3338.3525

www.audimec.com.br